

Porto Alegre

Rio Grande do Sul - RS

Histórico

A região onde se ergue Porto Alegre era primitivamente habitada pelos indígenas tapes e Minuanos.

Marcos históricos da colonização sabe-se que foram três sesmarias: a de São José, pertence a Sebastião Francisco Chaves; a de Nossa Senhora de, Santana, propriedade de Jerônimo de Ornelas de Menezes de Vasconcelos, e a de São Gonçalo, de Dionísio Rodrigues Mendes. Dentre elas, a de Jerônimo de Ornelas, que a 5 de novembro de 1740 recebeu carta de doação, assinada por Gomes Freire de Andrada, em nome do Rei de Portugal, realmente representou ponto inicial da Capital Gaúcha, sendo Ornelas iniciador do povoamento.

Às margens do rio Guaíba, nas terras em que Jerônimo de Ornelas desde 1732, estabelece sua fazenda de criação de gado e pouso, surgiu pequeno ancoradouro utilizado por embarcações que atendiam a recém fundada povoação de Capela Grande do Viamão, razão por que ficou conhecido como Porto de Viamão, A magnífica situação geográfica do ancoradouro representou fator decisivo para o rápido desenvolvimento.

Em Edital de agosto de 1742, Dom João, Rei de Portugal, antes a insistência do Brigadeiro José da Silva Paes, consentiu na emigração açoriana para o Brasil. A decisão foi protelada até 1745, quando se iniciou o alistamento dos que tentariam a promissora aventura. Ao Rio Grande do Sul, entretanto ficou vedada a entrada de casais açorianos, em decorrência das constantes lutas entre luso-brasileiros e espanhóis.

Ao ser Firmado o Tratado de Madrid de 1750, foi ordenado ao Governador de Santa Catarina, Manoel Escudeiro de Souza, que mandasse para Porto de Viamão uma leva dos casais dos que estavam para chegar ao Brasil.

Contrariando as ordens recebidas e desejando ser agradável ao Rei, governador Manoel Escudeiro de Souza determinou o embarque imediato de casais já estavam radicados na Vila do Desterro (atual Florianópolis). Aportaram eles no Rio Grande do Sul, nos últimos dias de abril de 1751.

No fim de 1751, com a chegada de nova leva de casais ao Desterro, o Governador selecionou 60 deles, com cerca de 300 pessoas, e os fez embarcar para o Rio Grande do Sul, cumprindo assim as determinações reais. Estes Casais, Chegaram ao Porto de Viamão em janeiro de 1752 e foram levados às suas terras já delimitadas no "Morro de Santana" e arredores.

Entretanto, devido a escasses de água no local, os casais ali não quiseram ficar e pouco a pouco foram se instalando pelas imediações do Porto de Viamão, que passou a ser conhecido pelo nome de Porto dos Casais.

São Francisco foi escolhido como Padroeiro da nova povoação, daí a razão da localidade ser também conhecido como Porto de São Francisco dos Casais.

Mais ou menos em junho de 1752, com a chegada de novas levas de casais açorianos, uma delas, por ordem de Gomes Freire de Andrade, seguiu para o Porto de Viamão , juntando-se aos 60 casais vindos em janeiro do mesmo ano.

Em 19 de novembro de 1752, chegaram ao Porto dos Casais 60 milicianos paulistas pertencentes a tropa do Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, para dar assistência aos habitantes. Foi essa a primeira tropa que se instalou em Porto Alegre, após a chegada dos casais açorianos. Junto com os milicianos veio um capelão militar, da Ordem Carmelita, Frei Faustino Antônio dos Santos Alberto Silva, para assistir espiritualmente aos moradores do povoado.

Ainda em 1752, em virtude da necessidade de instalação dos casais açorianos, as terras pertencentes a Jerônimo de Ornelas foram desapropriadas, tendo ele se retirado para Triunfo, onde fundou o povo de Bom Jesus do Triunfo.

A ocupação da Colônia de Sacramento, em 1762, pelos espanhóis, e a queda da vila de Rio Grande, nas mãos de Dom Pedro Zeballos, em 1763, contribuíram para o crescimento do Porto dos Casais, com a vinda dos colonos daquelas localidades.

O aumento da população propiciou o desenvolvimento. Em 1773, Governador do Rio Grande do Sul, Coronel José Marcelino de Figueiredo, pelo Aviso de 24 de julho, por Ordem Real, transferiu para o Porto dos Casais a Sede do Governo, que se achava instalada na Capela Grande de Viamão, desde a ocupação da vila do Rio Grande por Zeballos.

No citado ano, foi mudado o orago de São Francisco para Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, sendo a freguesia elevada à categoria de paróquia e substituído o nome de Porto dos Casais pelo de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, mais tarde simplesmente Porto Alegre.

O Alvará de 23 de agosto de 1808 e a Resolução Régia de 7 de outubro de 1809, elevaram a povoação à categoria de vila, verificando-se a instalação a 11 de dezembro de 1810.

Porto Alegre tornou-se Sede da Capitania de São Pedro do Rio Grande e cabeça de Comarca, sob a denominação de Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina, por Alvará de 16 de dezembro de 1812.

Pôr motivo do juramento à Constituição Portuguesa, a 26 de abril de 1821, ocorreu rebelião na cidade, cuja Câmara Municipal, desobedecendo a Constituição que determinava a criação de governos especiais de até 7 membros, elegeu autêntico governo ministerial. A nova junta, eleita a 22 de fevereiro de 1822, governou até 8 de março de 1821, com exceção do brigadeiro João Carlos Saldanha que fiel à Monarquia Portuguesa, demitiu-se por ocasião do movimento pela Independência.

A 14 de novembro de 1822, por Decreto de D. Pedro I, a vila de Porto Alegre foi elevada à categoria de Cidade, “com todos os foros e prerrogativas das outras cidade do Império”.

O primeiro órgão da imprensa, o “Diário de Porto Alegre”, surgiu em 1827, fase de grande agitação política, tendo servido de porta-voz do espírito despótico do Brigadeiro Salvador José Maciel, Presidente da Província acarretando com isso sérias questões e atritos políticos. Seguiu-se ao “Diário de Porto Alegre” o “Constitucional Rio-Grandense”. A 20 de setembro de 1835 irrompeu a Revolução Farroupilha e, com ela, proliferaram órgãos da imprensa verineira e desaforada, tais como: a “Idade do Ouro”, “O Inflexível”, “O Mestre Barbeiro”, “O Eco Porto Alegrense”, “O Receptador liberal”, entre outros. Concomitante ao florescimento do jornalismo, outras atividades culturais tomaram vulto.

A 20 de setembro de 1835, iniciou-se a Revolução Farroupilha, chefiada pelo General Gonçalves da Silva. Na madrugada daquele dia, na antiga “Ponte da Azenha”, travou-se o primeiro combate do movimento revolucionário, tendo no dia seguinte os rebeldes farroupilhas ocupando no dia seguinte a Cidade de Porto Alegre, chefiados pelos Coronéis José Gomes de Vasconcelos Jardim e Onofre Pires da Silveira. No dia 25 entrava solenemente na cidade o General Bento Gonçalves da Silva e a Câmara Municipal e a Assembléia Provincial Legislativa deram posse ao novo Presidente, Dr. Marciano Pereira Ribeiro.

Com a revolução farroupilha, proliferaram órgãos da imprensa verineira e desaforada, tais como a “idade do ouro”, “O inflexível”, “O mestre Barbeiro”, “O Eco Porto Alegrense”, “O Receptador Liberal”, entre outros. Concomitante ao florescimento do jornalismo, outras atividades culturais tomaram vulto.

Porto Alegre esteve sob o domínio revolucionário até 15 de junho de 1836, quando o legalista Major Manoel Marques de Souza, mais tarde Conde de Porto Alegre, conseguiu retomar a Cidade.

Em novembro de 1841, recebeu a Câmara Municipal o Decreto nº 103, de 19 de outubro, dando a Capital da Província de São Pedro o título de “Cidade Leal e Valerosa”, em memória dos feitos de 1836, quando os legalistas imperiais retomaram a Cidade ocupada pelos revolucionários.

A 3 de outubro de 1930, irrompeu em Porto Alegre uma revolução, chefiada por Getúlio Vargas, que rapidamente se alastrou por todo o País. Vitoriosa a 24 do mesmo mês, marcou a derrubada da Primeira República.

Gentílico: porto-alegrense

Formação Administrativa

Freguesia criada com a denominação de São Francisco dos Casais, pela provisão régia de 26-03-1772,

Elevado à condição de capital do Estado, em 24-07-1773.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Porto Alegre, por ordem régia de 23-08-1803 ou 26-01-1803. Confirmado por alvará de 23-08-1808. Sede na antiga povoação de São Francisco dos Casais. Instalado em 11-12-1810.

Elevado á condição de cidade com a denominação de Porto Alegre, por carta imperial alvará de 16-12-1812 ou carta de lei de 14-11-1822.

Pelo ato municipal nº 17, de 04-09-1896, foram criados os distritos de Barra do Ribeiro e Mariana Pimentel e anexado ao município de Porto Alegre.

Pelo ato municipal nº 7, de 01-12-1892, foram criados os distritos de Belém Novo e Pedras Brancas e anexado ao município de Porto Alegre.

Pelo ato municipal nº 9, de 03-01-1898, é criado o distrito de Ilhas Fronteiras e anexado ao município de Porto Alegre.

Pelo ato municipal nº 72, de 08-02-1911, é criado o distrito de Tapes e anexado ao município de Porto Alegre.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 10 distritos: Porto Alegre, 1º, 2º, 3º, Barra do Ribeiro, Belém Novo, Ilhas Fronteiras, Mariana Pimentel, Pedras Brancas e Tapes.

Pelo decreto nº 1993, desmembra do município de Porto Alegre o distrito de Tapes. Elevado à categoria de município de município Dores de Camaquã.

No quadro fixado a para vigorar no período de 1-IX-1920, o município é constituído de 11 distritos: Porto Alegre, 2º, 3º, 4º, 5º, Barra do Ribeiro, Belém Novo, Ilhas (ex-Ilhas Fronteiras), Mariana Pimentel e Pedras Brancas.

Pelo decreto estadual nº 3697, de 14-10-1926, desmembra do município de Porto Alegre os distritos de Pedras Brancas e Barra do Ribeiro, para constituir o novo Guaíba (ex-Pedras Brancas).

Pelo ato municipal nº 115, de 16-12-1927, é criado o distrito de Glória, São João e Tristeza e anexado ao município de Porto Alegre.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 9 distritos: Porto Alegre, 2º, 3º, 4º, 5º, Belém Novo, Glória, Ilhas, Mariana Pimentel, São João e Tristeza.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município é constituído de 7 distritos: Porto Alegre, Belém Novo, Glória, Ilhas, Mariana Pimentel, São João e Tristeza.

Pelo decreto estadual nº 7199, de 31-03-1939, os distritos de Glória, São João e Tristeza foram extintos, sendo seus territórios anexados ao distrito sede do município de Porto Alegre, como simples zona. O mesmo decreto estadual a cima citado modifica a denominação do distrito de Ilhas para Pintada.

Pelo decreto estadual nº 7642, de 30-06-1939, confirmado pelo decreto-lei federal nº 1307, de 31-05-1939, o distrito de Mariana Pimentel perdeu parte de seu território para o novo distrito de Sertão de Santana, desmembrado do distrito de Mariana Pimentel e anexado ao município de Guaíba.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Porto Alegre, Belém Novo e Pintada (ex-Ilhas).

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município permanece constituído de 3 distritos: Porto Alegre, Belém Novo e Pintada.

Assim permecendo em divisão territorial datada de 31-XII-1968.

Pela lei municipal n° 3354, de 19-12-1969, foram extintos os distritos Belém Novo e Pintada, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Porto Alegre.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1969, o município é constituído do distrito sede.

Assim permecendo em divisão territorial datada de 2007.

Alteração toponímica municipal

São Francisco dos Casais para Porto Alegre, alterado por ordem régia de 23-08-1803 ou 26-01-1803. Confirmado por alvará de 23-08-1808.